

## PAISAGENS PÓS-ANTROPOCENO Quando o imaginário habita o real

**Paulo Reyes<sup>1</sup>, Dirk Michael Hennrich<sup>2</sup> e Vladimir Bartalini<sup>3</sup>**

As ações praticadas e as atitudes tomadas frente ao mundo em que vivemos parecem estar em descompasso em relação aos eventos que o chamado Antropoceno já desencadeou. Estamos no limiar de uma era em que o protagonismo do humano, depois de ter impactado extremamente as condições de vida na Terra, começa a recuar. Os estudos e as interpretações críticas mais profícuas sobre o Antropoceno surgidas nas duas últimas décadas já não atribuem ao ser humano o controle incontestado sobre o que se passa na Terra, e sim a uma entidade muito maior e imprevisível que leva o nome ancestral de Gaia.

Estamos agora diante de Gaia que não é, como nos lembra Bruno Latour, “uma figura de harmonia” (Latour, 2020, p. 138). Ela não é um equivalente da natureza “universal, estratificada, indiscutível, sistemática, desanimada [sem alma], global e indiferente ao nosso destino” (Idem, p. 228), da qual nos separamos e com a qual nós, enquanto sociedade, poderíamos, eventualmente, reconciliar-nos. Gaia não tem nada de maternal; é “apenas o nome proposto para todas as consequências entrelaçadas e imprevisíveis das potências de agir, cada uma das quais persegue o próprio interesse manipulando o próprio ambiente.” (Idem, p. 228). Temos que nos haver com todos esses agentes em condições de igualdade e não mais no papel do filho preferido de uma mãe protetora. Se resta alguma esperança para nossa própria sobrevivência, ela depende da nossa participação na melhoria das condições de vida neste único planeta habitável que conhecemos.

Quando sugerimos a paisagem no pós-antropoceno como pauta para a reflexão, não podíamos ter em mente a tragédia climática que assolou o Rio Grande do Sul. Estávamos propondo um exercício de imaginação de como atuar em um mundo que há tempos dá sinais de esgotamento. Entretanto, numa antecipação funesta, Gaia se manifestou com a sua mais concreta e trágica realização. Não estamos a *imaginar*, estamos *vivendo* em tempos pós-antropoceno.

1 Pós-Doutorado em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa com Bolsa CAPES PRINT, 2020). Doutorado em Ciências da Comunicação (Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona, 2004). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB, 1992). Especialização em Design Estratégico (Unisinos, 2008). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter, 1987). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR UFRGS. Coordenador do Grupo de Pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Email: paulo.reyes@ufrgs.br.

2 Dirk Michael Hennrich é Pesquisador Doutorado no âmbito da Filosofia do Ambiente e da Técnica na Faculdade de Letras e no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e Professor Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa onde leciona o seminário Estética e Ética da Paisagem. <https://www.cienciavita.pt/portal/EC10-EB8A-BF1A>

3 Professor livre docente (aposentado) do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, na Área de Concentração Paisagem e Ambiente; membro fundador do Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da FAU-USP, linha de pesquisa Poéticas da Paisagem; tradutor de Ver a Terra. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia, de Jean-Marc Besse, e de Pensamento-paisagem, de Augustin Berque (com Camila Gomes Sant'Anna).

Vivemos um momento que nos força a perceber que não somos os únicos nem os mais importantes a determinar os acontecimentos terrenos, embora sejamos corresponsáveis por eles. Essas questões devem ser pensadas, na perspectiva de Isabelle Stengers, não como um sentido de pertencimento à Gaia, mas de *intrusão*.

Gaia não é [...], portanto, nem a Terra ‘concreta’, nem tampouco aquela que é nomeada e invocada quando se trata de afirmar e fazer sentir nossa conexão com esta Terra, de suscitar um sentido de pertencimento lá onde predominou a separação, e de extrair desse pertencimento recursos de vida, de luta e de pensamento. Trata-se de pensar aqui a *intrusão*, e não o *pertencimento* (Stengers, 2015, p. 30).

A fé em um pensamento técnico-científico que olhava a natureza como recurso eternamente disponível para exploração, e como que dotada de uma plasticidade que a faria sujeitar-se a todo e qualquer desígnio humano, não funciona mais. Uma nova pauta se impõe: não mais uma ordem exploratória que acredita no progresso a qualquer custo, mas de escuta. Uma escuta que nos obriga a pensar em uma lógica multiespécies ou em uma interligação entre diferentes espécies. Entretanto, essa escuta não é uma prática individual e aleatória, mas uma ação política e social que deve funcionar por meio de todos os laços sociais e que deve alcançar uma posição política e de influência na educação em diferentes níveis.

É preciso ter consciência de que os atuais desastres naturais não são eventos recorrentes normais de natureza avassaladora, mas que nós, em uma desestabilização exploratória e implacável do equilíbrio natural, participamos e estamos participando fundamentalmente da causa desses eventos. Não é apenas um sinal de completa cegueira e fraqueza diante dos acontecimentos atuais, mas também uma expressão de dependência tóxica que a responsabilidade pela situação catastrófica que agora aparece no Rio Grande do Sul, mas que já vimos em diferentes lugares, esteja sendo transferida do Estado para o sistema econômico neoliberal.

Diante da desesperança em que se encontra grande parte da população, a insistência na chamada força autorreguladora do mercado nada mais é do que a atitude cínica e mortal de demagogia alienada. A situação em que nos colocam os atuais e futuros desastres naturais e culturais é o resultado de uma ordem e de um progresso que ainda são o lema deste país, mas que perderam completamente o seu sentido e mais ainda a sua finalidade.

Se conquistamos tal grau de emancipação que permite dar o nome de Antropoceno a uma época geológica, não temos mais como nos isentar das responsabilidades que ela nos coloca. Sabemos fazer as plantas frutificarem fora das estações; produzimos frangos e porcos com a mesma lógica com que produzimos eletrodomésticos e parafusos; perpetrados bravatas arquitetônicas como *The Line*, na Arábia Saudita, riscando o deserto com uma “cidade” de 170 km de comprimento, 200 metros de largura e 500 metros de altura, alardeada como sustentável, inteligente e consumidora de energia limpa; flexibilizamos a legislação ambiental em prol do produtivismo. Já estamos bem crescidos para choramingar infantilmente diante dos desastres que nos assolam, uma vez que somos também responsáveis por eles. Está mais do que na hora de rever nossas posturas, sair das nuvens e aterrar. Aterrar, como nos propõe Bruno Latour, refere-se a um mundo que não se restringe ao humano. Um mundo composto também por vírus e bactérias em diferentes escalas e constitutivos da vida humana na Terra:

Na pequena escala, um vírus que ataca os humanos; e na grande escala porque a atmosfera na qual nos desenvolvemos e o oxigênio que nos permite respirar também é de origem viral e bacteriana. Suas mutações mudam necessariamente a composição e a consistência do mundo naquilo que nos encontramos. Vírus e bactérias são os grandes operadores que transformaram a Terra e fizeram sua história, a história que construiu o ambiente de habitabilidade cujo interior nos situamos (Latour, 2023, p. 32) (traduzido pelos autores)<sup>4</sup>.

Não é possível mais pensar que ocupamos um território, mas que o constituímos como uma diversidade de seres. A Terra é nossa origem e destino. É nela que nasceram as paisagens e que, supostamente, continuarão a nascer. É com todo o nosso ser que nos posicionamos diante da paisagem; ela assoma, simultaneamente, por um ver e um sentir; ela como que recupera as cesuras derivadas das dicotomias estabelecidas pelo paradigma moderno: separação entre sujeito e objeto, razão e sensibilidade, mente e matéria, etc.

Desde a modernidade, a categoria paisagem se apresenta como uma outra possibilidade de leitura da realidade – uma outra imagem do mundo –, colocando em relevo a relação entre o humano e a natureza, surgindo como um terceiro entre a dicotomia clássica da natureza de um lado e a cultura de outro. Ela seria, nesse sentido, um fenômeno compensatório decorrente de uma cisão, de um divórcio (Ritter, 1963). Mas a eficácia do modelo dualista que marcou a modernidade foi tal que chegou a comprometer a própria função reintegradora da paisagem: de fato, uma coisa é um pensamento a respeito da paisagem, o que impõe mecanismos de representação, implicando certo distanciamento; outra coisa é a paisagem que nasce da fusão íntima do ser humano com a terra que ele habita, prescindindo até mesmo das palavras. Essas duas instâncias estão hoje separadas.

Nunca se falou tanto sobre paisagem; nunca se publicaram tantos livros com reflexões sobre a paisagem e, por outro lado, nunca se destruíram tantas paisagens como na nossa época, constata Augustin Berque (2008).

O modelo moderno resultou em um formidável desenvolvimento das ciências e das técnicas dos fins do século XVI em diante, levando a uma crescente confiança da humanidade em cumprir o destino que lhe fora atribuído em Gênesis de sujeitar a terra e tudo o que sobre ela se movesse. Daí decorreu a reificação da natureza e a radicalização da separação entre ela e o homem. Tal ruptura só viria a ser mitigada pela paisagem, cuja noção alvoreceu com operações pictóricas conduzidas inicialmente pelos paisagistas do século XV, tendo-se constituído como um problema filosófico no início do século XX, sobretudo a partir do pensamento de Georg Simmel, expresso no seu ensaio “Filosofia da Paisagem” de 1913.

Hoje, a reflexão sobre a paisagem atinge profundamente o processo de ocupação e transformação da Terra pela ação humana e designa um conceito-chave no assim chamado Antropoceno, época geológica da atualidade em que o humano se revela como força destruidora e titânica. Nessa perspectiva de transformação que conduz a um apoderamento generalizado, o homem tem explorado a Terra de forma extensiva

<sup>4</sup> “A pequeña escala, de un virus que ataca a los humanos; y a gran escala porque la atmósfera en la que nos desenvolvemos y el oxígeno que nos permite respirar también son de origen vírico y bacteriano. Sus mutaciones cambian necesariamente la composición y la consistencia del mundo en el que nos encontramos. Virus y bacterias son los grandes operadores que han transformado la Tierra y hacen su historia, la historia que construye el envoltorio de habitabilidad en cuyo interior nos situamos nosotros” (Latour, 2023, p.32).

e exaustiva, levando à erradicação de uma multiplicidade de biomas e à degradação e destruição de paisagens em que a relação entre natureza e cultura atinge graus elevados de harmonia.

O sentido tomado pelo desenvolvimento da técnica a partir da modernidade afetou os campos disciplinares de um modo geral, entre eles o da Arquitetura, que passou a se instalar como uma espécie de autorização absoluta sobre o habitar na Terra e como um ato de desbravamento e de produção de novas paisagens, reiterando a visão da Terra como algo a ser conquistado e domesticado. Nessas condições, a paisagem é pensada como unidade compositiva organizada pela ação humana a serviço de uma determinada ideologia, expressa nas vertentes hegemônicas da economia e da política predatória. Essa transformação produz paisagens a partir de uma lógica de apagamentos, substituições e adensamentos, em uma perspectiva de exploração e esgotamento dos recursos naturais e destruição de valores pretéritos. Tudo é transformado e transformável, e cada vez mais são evidentes os efeitos das crises climáticas que impactam as nossas cidades, oriundas dos processos de ocupação dos territórios.

A paisagem que o momento presente convoca já não é uma entidade natural, nem uma entidade cultural: ela “é, ao mesmo tempo, e essencialmente, totalmente natural e totalmente cultural”, como enfatiza Jean-Marc Besse ao referir-se ao status medial da paisagem (Besse 2014, p. 41). A partir do contexto produzido pela hegemonia descontrolada da técnica, que caracteriza o Antropoceno, pautamos as seguintes questões: o que significa projetar a paisagem? Por qual sentido de projeto é possível pensar a paisagem em um contexto do Antropoceno ou Pós-Antropoceno? Como ir além do Antropoceno, produzindo novos imaginários e poéticas das paisagens? Como incluir uma ética da Terra nas projeções das paisagens para além do Antropoceno?

Nesta edição da PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, convidamos a uma leitura não só sobre as consequências da ação humana no contexto do Antropoceno (ou Capitaloceno, Plantationoceno ou Chthuluceno, outras tentativas de designar a atualidade) mas sobretudo, para além dele, o Pós-Antropoceno.

O leitor tem, então, a sua disposição textos que permitem essa reflexão. Os artigos foram organizados por nós em dois grandes blocos: sob o título de “Paisagem e Pensamento”, apresentamos aqueles que produzem reflexões, por vezes abstratas, sobre a paisagem nessa perspectiva do pós-antropoceno; sob o título “Paisagem e Experiência”, apresentamos artigos que contribuem com o debate apoiados em experiências concretas em relação à paisagem. “Paisagem e Pensamento” refere-se a esfera teórica do problema posto, enquanto “Paisagem e Experiência” retrata os métodos que se abrem para desdobrar a mera contemplação em ação. A teoria permite a tentativa e possibilidade de ter uma visão geral, a vista de um ponto alto, como se fosse o cume de uma montanha, mas a experiência desce para os vales para retratar os caminhos e para procurar os lugares mais habitáveis: a contemplação e o caminho para sugerir uma noção sobre um possível pós-antropoceno. Temos consciência que essa divisão talvez não se apresente tão rigidamente, nem esse era o objetivo.

Além dos artigos, organizamos uma secção para a “Parede Branca” com textos e imagens que ao representar e, sobretudo, imaginar o atual momento em que vivemos no Antropoceno, nos colocam em um processo de reflexão frente à maneira como temos habitado e vivido essas paisagens.

Boa leitura a todos!

## Referências

BERQUE, Augustin [2008]. *O Pensamento paisagem*. Trad. Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant'Anna. São Paulo: EdUSP, 2023.

BESSE, Jean-Marc [2009]. *O gosto do mundo*. Exercícios de paisagem. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

LATOUR, Bruno. *Diante de gaia*: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Trad. Maryalua Meyer. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. *Habitar la tierra*. Conversaciones con Nicolas Truong. Barcelona: ATMARCADIA, 2023.

RITTER, Joachim. Paisagem: sobre a função do estético na sociedade moderna. In: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 95 – 122. 2009.

SIMMEL, G. Filosofia da paisagem. In: Serrão, A. (Ed.), *Filosofia da paisagem: uma antologia*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 39 – 51. 2009.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.